

Publicação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correio e Telégrafos e Similares (Fentect)
Número 1 - Junho/2013

PLR 2012/2013 ECT ignora negociações e paga PLR unilateralmente

A Comissão de Negociação da PLR tentou negociar a proposta e chegar a um consenso para encaminhar para as assembleias, mas não teve jeito. A ECT, mostrando um enorme desrespeito com a categoria, com todo o trabalho das mesas de discussão e com a própria Comissão, mais uma vez dividiu o lucro de forma totalmente injusta.

PÁGINA 3



A Fentect realizou nos dias 17 e 18 de maio em Brasília Encontro Jurídico Nacional. Esta edição, que contou com a participação de 18 sindicatos, teve por objetivo a unificação da categoria e a uniformização das ações

PÁGINA 8



PCCS/2008: Negociação dos Pontos Pendentes já!
PÁGINA 9



Finalmente o Supremo Tribunal Federal decidiu em favor dos trabalhadores. No caso dos empregados de empresas públicas, estatais e sociedades de economia mista as dispensas devem ser motivadas, a fim de evitar demissões arbitrárias. Essa decisão, que contempla toda categoria, teve como processo originário de Humberto Pereira Rodrigues

PÁGINA 5

A ECT deixa cada vez mais claro a intenção de explorar, subjugar e dominar os trabalhadores. Alguns processos de sindicatos já haviam corrido, com decisão precedente, contra a terceirização nos Correios. Mas a Empresa conseguiu, por meio do TST, suspender a execução. Enquanto isso, os aprovados nos concursos continuam aguardando.

PÁGINA 5

A Comissão Nacional de Anistia da Fentect realizou o 22º Encontro Nacional de Anistiandos, Anistiandos e Anistiáveis da categoria dos Correios. O encontro aconteceu em Brasília, no período 7 a 9 de maio, e contou com uma grande mobilização para reivindicar os direitos dos anistiandos junto ao Congresso Nacional

PÁGINA 2

Comissão realiza 22º Encontro Nacional de Anistia

Encontro foi realizado nos dias 07, 08 e 09 de maio, e contou com ampla programação em defesa dos processos de anistia da categoria.

A Comissão Nacional de Anistia da Fentect realizou o 22º Encontro Nacional de Anistiados, Anistiandos e Anistiáveis da categoria dos Correios. O encontro aconteceu em Brasília, no período de 07 a 09 de maio, e contou com uma grande mobilização para reivindicar os direitos dos anistiandos junto ao Congresso Nacional, Ministério das Comunicações, da Justiça, do Planejamento e Casa Civil.

Já no dia da abertura do Encontro, pela manhã, houve uma Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. Na audiência foi discutida a situação dos indeferimentos realizados pela Conjur do Ministério das Comunicações em relação aos pedidos de anistia da Lei 8.632/93. Para o Secretário Geral da Fentect, José Rodrigues, os parlamentares tiraram o foco dessa discussão para a questão do PLC 83/2007 da então deputada e atual ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário. O PL amplia o período de abrangência de solicitação de anistia pelos empregados da ECT

Quando aos indeferimentos não houve avanços, mas ficou definido pelo presidente da Comissão, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que a CAS solicitará à Mesa do Senado a inclusão do PLC 83 na pauta do Plenário o mais rápido possível. Durante a tarde foi realizada a abertura oficial do encontro, com a presença do Dr. Ezequiel Teixeira da Silva, presidente da Comissão Especial de Anistia do Ministério das Comunicações. Muito aplaudido, o Dr. Ezequiel, foi categórico ao afirmar: "Direito não se tira, se amplia". Segundo ele, o indeferimento pelo Ministro das Comunicações Paulo Bernardo dos processos de anistia previamente deferidos é ilegal e contraditório, uma vez que a Lei prevê que são consideradas para efeito de anistia a apresentação de provas ou equivalentes.

Na manhã seguinte, dia 08, foi realizada uma manifestação em frente ao Ministério das Comunicações. Com camisetas, faixas, apitos e um carro de som, os anistiados, anistiáveis e anistiandos protestaram contra a posição arbitrária do ministro Paulo Bernardo e reivindicaram uma Anistia ampla, geral e irrestrita. No período da tarde seguiu-se com as reuniões, onde ocorreram debates e a Comissão deixou claros os objetivos do movimento, entre eles: o reconhecimento da autoridade da Comissão Especial de Anistia (CEA), cuja autonomia e decisões estão sendo ignoradas pela Conjur; e a revogação imediata das portarias publicadas pela Consultoria



Audiência pública na Câmara dos Deputados



Audiência na CAS do Senado Federal

Jurídica do Ministério das Comunicações, decorridas de julgamentos incoerentes, discriminatórios e contraditórios.

Na manhã do dia 09, foi a vez de visitar a Câmara dos Deputados, onde ocorreu Reunião Ordinária de Audiência Pública Interativa para discussão da situação dos anistiados dos Correios da Lei 10.559/2002, de acordo com requerimento do Deputado Vicentinho, com participação de representantes da ECT e da Federação. O presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da casa, deputado Roberto Santiago, afirmou que vinha faltando vontade política para dar fim ao problema dos anistiados, e fez o compromisso de que, a partir da próxima semana, a comissão tomará todas as providências para que tudo seja resolvido.

No restante do encontro foram negociadas pendências e divergências em torno dos processos de anistia das diversas leis nas quais os trabalhadores dos correios se enquadram e também do tão sonhado PLC 083/07. Após o encontro muito produtivo, a Comissão de Anistia da Fentect tirou encaminhamentos políticos para a derrubada de todas as barreiras e empecilhos para, finalmente, alcançar a reparação de tantas injustiças cometidas a centenas de trabalhadores(as) ecetistas.

A Fentect estará acompanhando de perto os trabalhos e dando apoio aos vários manifestantes de todo o País para garantir que todas essas iniciativas surtam efeito no sentido de pressionar o governo e garantir que os trabalhadores afetados por essa situação consigam, finalmente, justiça.



Abertura do 22º Encontro de Anistia



Manifestação em frente ao Ministério das Comunicações

ECT ignora negociações e paga PLR unilateralmente

Após meses de negociações, ECT desrespeita orientação do MPT e paga a PLR de 2012 premiando os gestores com 10% do montante e usando GCR para excluir trabalhadores

A Comissão de Negociação da PLR tentou negociar a proposta e chegar a um consenso para encaminhar para as assembleias, mas não teve jeito. A ECT, mostrando um enorme desrespeito com a categoria, com todo o trabalho das mesas de discussão e com a própria Comissão, mais uma vez dividiu o lucro de forma totalmente injusta.

Ela premiou os gestores, que eles consideram estratégicos, com 10% do total do lucro. Esses, além de receberem os 10%, ainda participaram da distribuição dos 90%. Usou o GCR para excluir os trabalhadores avaliados como NÃO ALINHADOS, reduziu em 20% da parcela individual dos avaliados como TENDE A QUALIFICADO, e em 50% da parcela individual dos trabalhadores com até uma suspensão e sem falta injustificada zerando quem tivesse dois ou mais suspensões. Além disso, reduziu 50% da parcela individual dos trabalhadores com uma falta injustificada e excluiu totalmente aqueles trabalhadores que tiveram mais de duas faltas injustificadas.

A direção da ECT finge que negocia, e todos os dias, na tentativa de jogar os trabalhadores contra a Federação, informa no Primeira Hora e no Plantão do Acordo que é a Fentect quem não quer negociar. A verdade é que a

ECT só quer o aval do movimento sindical através da Fentect para legitimar sua estratégia e justificar para o DEST (Min. do Planejamento/ Governo Federal) que houve acordo com os trabalhadores. E agora, a Empresa conseguiu uma aliada, a federação pirata (Findect) para fazer parte do teatro.

Mesmo não tendo poder nenhum de negociar e nem assinar nada, a ECT aceita os piratas na mesa de negociação para continuar fingindo que negocia e investindo na divisão da categoria. A Federação pirata e ECT levaram a discussão da PLR para o Ministério Público Trabalho, na tentativa de conseguir um alibi para justificar a assinatura de um acordo traidor. O MPT fez várias propostas parecidas com a da ECT, e mesmo assim ela não aceitou, pois não queria ceder um milímetro que fosse.

Na última proposta o procurador propôs um acordo: que a ECT pagasse a PLR/2012 nos molde da PLR/2011, onde os gestores receberam até 5 vezes mais que os trabalhadores de base, e que as partes voltasse a negociar a PLR/2013. Mas a Empresa não aceitou por que não abre mão do GCR e da parcela estratégica que premia os gestores para continuar pressionando os seus subordinados para produzir cada vez mais, mesmo que não tenha as condições

de trabalho adequadas. A Fentect já protocolou uma ação judicial contra a ECT e os funcionários que não receberam o valor integral devem procurar os sindicatos filiados em seus estados para que sejam tomadas as devidas providências.

Histórico da PLR

Desde que foi aprovada, em 1995 no governo FHC, a lei de Participação dos Lucros nas Empresas Estatais do Brasil, a ECT tem tentado transformar as negociações em chantagem aos trabalhadores. Em nenhum momento a direção da Empresa permitiu que os trabalhadores soubessem os seus verdadeiros lucros. A realidade é que a ECT nunca quis dividir os lucros com os trabalhadores. De todos os anos transcorridos desde a criação da PLR, só houve acordo apenas em 2006, 2010 e 2011.

Ou seja, das 11 que foram pagas só houve acordo em três, isso por que a própria ECT vem, sistematicamente, sabotando as negociações para depois afirmar que são a Fentect e os trabalhadores que se negam a chegar a um acordo. O que a Empresa chama de negociação, na verdade, é apenas um convite para que os trabalhadores discutam as metas estabelecidas por ela, e nada de participação nos lucros, de fato.

Fentect na defesa da unidade da categoria

Dissidentes tentam ressuscitar Federação fundada pela ECT na época da ditadura para combater a organização independente dos trabalhadores dos Correios

Na década de 80, em plena ditadura militar, a Findect (Federação Interestadual dos Empregados da ECT) surgiu como medida da direção da ECT para impedir que os Ectistas se organizassem nacionalmente através de uma Federação independente dos patrões. Os trabalhadores, no entanto, foram mais espertos, e fundaram a Fentect antes que a ECT conseguisse registrar em cartório sua Federação pelega e patronal.

Já naquela época, os patrões usavam a Findect apenas para tentar confundir a categoria nas campanhas salariais, pois é a Fentect a legítima

entidade representativa dos trabalhadores. E a mesma situação começa a se repetir agora. A Findect volta, em pleno 2013, com a afirmação de que pretende trabalhar em prol da categoria. Mas é sabido que há quase 25 anos é a Fentect quem fez a unidade da categoria através das lutas e que tem conseguido vários benefícios para os trabalhadores.

Com participação dos sindicatos dissidentes de Bauru, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Rio Grande do Norte, a Findect já iniciou os trabalhos se intrometendo nas negociações

da categoria, e aproveitando para atacar o trabalho feito pela Fentect nas negociações. A ECT ao receber essa entidade pirata nas mesas de negociação deixa claro seu apoio à divisão da categoria.

É perceptível nas bases que os trabalhadores não querem o rompimento com a Fentect. Por isso, devem resistir, pois a divisão só ajuda o patrão. Além de fazer campanha entre os trabalhadores de base, a Fentect está tomando medidas legais para evitar que mais esse golpe traiçoeiro seja dado contra a luta dos trabalhadores.

Déficit do Postalís sempre sobra para trabalhadores

Depois de 5 anos de saldamento obrigatório participantes do Plano BD SALDADO terão de voltar a contribuir por problemas na administração

Em 2008, a ECT e a direção do POSTALIS realizaram o saldamento obrigatório do plano de Benefício Definido (BD). O saldamento foi realizado sob o argumento de que o plano gerava desequilíbrio, que a empresa iria assumir integralmente o défice do plano BD referente a RTSA (Reserva Técnica de Serviço Anterior), e que se seguiria com o novo plano POSTALPREV. O movimento sindical se opôs ao saldamento, ingressando com uma série de medidas políticas e jurídicas.

Para surpresa dos trabalhadores, já em 2009, um ano após o saldamento, descobriu-se que o valor do défice de responsabilidade da empresa não era de 639 milhões e sim de 1,441 bilhões. A ECT questionou este valor, e começou um processo de reconhecimento da dívida, até hoje não pacificada, apesar da empresa estar pagando mensalmente os valores. O Tesouro Nacional tem colocado obstáculos à aceitação, dizendo que grande parte deste valor deve ser assumido pela empresa e trabalhadores.

No balanço do Postalís, está contabilizada como reconhecida esta dívida da ECT, mas a questão do reconhecimento da RTSA está longe de ser pacificada. Em 2010, o balanço fechou com um superávit de 135 milhões, contando com o reconhecimento da RTST. Já em 2011 o plano BD fechou com um défice de 392 milhões, sendo que aproximadamente 200 milhões eram de default, ou seja, de credores que não estavam pagando o combinado e estavam em processo de execução ou renegociação.

Já em 2012 o plano fechou com um défice de aproximadamente R\$ 985 milhões, causado principalmente pelo péssimo desempenho financeiro dos investimentos e pela mudança da tábua de mortalidade da AT 83 para AT 2000. O resultado desta política é que, agora, a partir do mês de abril de 2013, os trabalhadores ativos e aposentados do plano BD, pagarão mais para ter a mesma coisa.

O Postalís, na tentativa de equacionar o défice, aprovou o retorno de contribuição dos participantes ativos de 3,94% do benefício saldado e o reajuste da contribuição dos aposentados de 9% para 12,95%. Já os participan-

tes do PostalPrev, aposentados e pensionistas, terão que contribuir com 0,74% a mais além do que já contribuem normalmente. Os ativos não terão aumento nas contribuições mas, certamente, terão reduções futuras em seus benefícios.

O pior é que isto não irá resolver os problemas, já que a empresa ainda não reconheceu a RTSA. Também recentemente o Conselho da Previdência Complementar aprovou a redução da meta atuarial de INPC+6%, o que irá reduzir 0,25% a cada ano, até atingir o INPC+4,5% em 2018. Isto causará uma necessidade de recomposição dos recursos de grande monta.

A Fentect já ajuizou uma ação na 23ª vara cível do TJ-DF de Nº 0017.815-84.2013.8.07.0001, e vai encaminhar um kit com a documentação necessária para os Sindicatos que quiserem, também ajuizarem as ações nas suas respectivas bases sindicais. O objetivo da ação é suspender a cobrança extraordinária do Postalís BD-saldado. Além disso, a Federação está encaminhando denúncias contra a direção do Postalís e da ECT aos órgãos apropriados (Ministério Público e Polícia Federal), e cobrará a responsabilização pela indicação e manutenção de diretores por partidos políticos e sem nenhum compromisso com o fundo de pensão.





FENTECT
Federação Nacional dos Trabalhadores
em Empresas de Correios e
Telégrafos e Similares



43,7% JÁ!

- FIM NO SAP E NO RANC
- CONTRATAÇÃO
MEMBROS DE 20 MIL
TRABALHADORES
- FIM DA TERCEIRIZAÇÃO
- FIM DA SUBORDINAÇÃO DE
TRABALHO
- NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA ECT

CAMPANHA SALARIAL 2012-2013
FOTOS
VÍDEOS
DOCUMENTOS

SOBRE A GESTÃO DA FENTECT 2012-2015

SOBRE ESTE BLOG

ACOMPANHE A AÇÃO DA FENTECT SOBRE A PLR 2012

19 de junho de 2013 - por Perci Marrara - em *PLR*

Publicamos aqui o link para Para acompanhar a ação judicial protocolada por esta Federação a respeito do pagamento da PLR 2012 pela ECT. O número do processo é 985.2013.003 e você pode acompanhar fazendo uma pesquisa no site: www.trt10.jus.br Leia também a ação protocolada: [Fentect - Acao PLR 2012](#)

RESPOSTA DA FENTECT À ECT SOBRE REUNIÃO PARA DISCUTIR ACORDO COLETIVO

19 de junho de 2013 - por Perci Marrara - em *Campanha Salarial 2013-2014*

A direção da ECT enviou convocação para discutir o Acordo Coletivo da categoria passando por cima do calendário enviado por esta federação, ignorando comunicado a respeito das atividades próprias do movimento sindical para preparação da Campanha Salarial. Leia aqui o a resposta da Fentect com as informações sobre o calendário: CTFEN-114 - reunião

Pesquisar neste site...

POSTS RECENTES

- Acompanhe a ação da Fentect sobre a PLR 2012
- Resposta da Fentect à ECT sobre reunião para discutir Acordo Coletivo
- Assembleia em São Paulo, hoje, dia 13, às 19h
- Boletim de convocação Assembleia de SP dia 13, quinta-feira, às 19h
- Unificar a categoria na FENTECT

ARQUIVOS

- junho 2013
- maio 2013

Fique por dentro! Acompanhe o blog e a página da Fentect na Internet e leia as últimas notícias da categoria confira:

BLOG: <http://fentect.wordpress.com>

SITE: <http://www.fentect.org.br>

TRT multará em R\$ 1 milhão cada terceirização nos Correios

TRT da 10ª região concorda com recurso da Fentect e determina que ECT não poderá formalizar contrato de terceirização nem abrir licitações sob pena de multa de R\$ 1 milhão por cada contrato assinado ou edital publicado

A ECT vinha insistindo em manter terceirizados, pois são mais fáceis de controlar. Desprotegidos pela lei, eles não podem participar de greves e nem lutar por melhores condições de trabalho. Além disso, as empresas terceirizadas são de laranjas dos políticos usadas para desviar dinheiro público, e seus empregados além de explorados, são indicados pelos partidos políticos ou políticos como cabine de emprego. Com essa postura, Empresa deixa claro que sua intenção para com os trabalhadores são as piores: explorar, subjugar e dominar. Algumas processos de sindicatos já haviam corrido, com decisão precedente, contra a terceirização nos Correios, mas a vitória mais significativa aconteceu recentemente.

No dia 29/05 de 2013, uma decisão da 2ª turma do TRT 10ª Região negou provimento ao recurso ordinário interposto pela ECT contra a sentença da 13ª Vara do Trabalho de Brasília, que em 2012 deu ganho à causa impetrada pela Fentect, e declarou



ilegal a contratação de mão de obra terceirizada na atividade-fim da Empresa.

Além disso, a decisão deu provimento ao recurso da Federação, antecipando os efeitos da tutela, ou seja, determinando que a ECT imediatamente se abstenha de formalizar contrato de terceirização de mão-de-obra e de abrir qualquer processo licitatório, a partir da publicação do acórdão, sob pena

de multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por cada contrato assinado ou por cada edital publicado.

Mais uma vitória da categoria e da Federação, que não irão aceitar que a Empresa siga substituindo a mão-de-obra qualificada e treinada pela ECT por terceirizados, e recorrendo de todas as decisões que determinem o contrário.

Ectistas não podem ser demitidos sem motivação

Finalmente o STF decidiu que a ECT não pode demitir funcionários sem motivação

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria de votos, que para os empregados de empresas públicas, estatais e sociedades de economia mista as dispensas devem ser motivadas, a fim de evitar demissões arbitrárias. Essa decisão, que contempla toda categoria, teve como processo originário de Humberto Pereira Rodrigues, de nº 1600/2001 da Primeira Vara Do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, patrocinada pelo Sintect-PI.

Desde 2001 a ECT demitiu muitos trabalhadores sem motivação. O processo do Piauí foi o primeiro que motivou a Empresa a entrar com um recurso extraordinário do TST para o STF, para que fosse analisada a Repercussão Geral.

Na ação, a ECT questionava decisão do TST que garantia o emprego a um funcionário demitido em 2001. Segundo os Correios,

a dispensa ocorreu porque ele pediu aposentadoria. Na ocasião, o TST havia reintegrado o funcionário ao cargo. Desde a data, vários trabalhadores entraram com processos e conseguiram a reintegração. Diversos casos tiveram decisões favoráveis mas não conseguiram retornar, devido aos recursos da ECT.

Tanto os reintegrados como os que não retornaram foram contemplados com a decisão, que é uma grande vitória para a categoria, uma vez que existem vários processos em todo Brasil sobrestados (parados) esperando a decisão deste julgamento para prosseguir, e agora terão a possibilidade da reintegração.

Além disso, a decisão beneficia também os demais trabalhadores, pois dá garantias de que a empresa não poderá lançar mão de demissões arbitrárias e injustificadas como vinha acontecendo.



Convênio do Vale Drogaria deve ser renovado?

Diante das dúvidas suscitadas durante o período em que o Vale Drogaria esteve vigente para avaliação, Federação irá avaliar se benefício deve ser mantido

No início do ano, depois de vários questionamentos sobre a eficácia do convênio do Vale-Drogaria, a ECT e a Fentect reestabeleceram o contrato para o desconto em folha dos valores referentes ao convênio. Ficou estabelecido um período de seis meses para que a Fentect e os trabalhadores conhecessem melhor a empresa contratada para prestar o serviço e discutissem o contrato, os critérios e todos os detalhes envolvendo o benefício, sem que o serviço fosse rompido.

Com a proximidade do fim deste prazo de seis meses, as dúvidas continuam. Foi informado que em média, 38 mil trabalhadores fizeram a adesão e que em torno de 7,5 mil tem feito uso regularmente do convênio todos os meses. Mas o convênio está contemplando às necessidades desses trabalhadores? Valeria a apenas a



renovação? Na reunião da Diretoria da Fentect, realizada nos dias 10 e 11 de maio de 2013, foi aprovado que essas discussões serão realizadas em julho, no 31º Conrep, juntamente com o debate da ampliação do benefício para dependentes dos trabalhadores.

A Fentect convida todos os trabalha-

dores ecetistas a participarem desse processo e repassarem informações sobre o uso do cartão e os valores reais economizados com o uso do benefício. Apoiem a direção da Federação, para que seja estabelecido o melhor acordo possível e a decisão final seja tomada de acordo com os verdadeiros interesses da categoria dos Correios.



Visando estreitar cada vez mais o laço entre os ecetistas e a Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT, a Fentect está presente também no Facebook. A página vem crescendo a cada dia que passa, e já passou das mil curtidas! Não fique de fora! Curta também e acompanhe todas as lutas, avanços e vitórias da Federação em favor da categoria. Tudo isso com fotos, últimas notícias, informações exclusivas, vídeos e muito mais.

Através do Facebook você poderá nos enviar sugestões de matéria, denúncias e curiosidades ligadas ao mundo do ecetista. Curta já a nossa página, e venha fazer coro às lutas da Fentect! Quantos mais seguidores tivermos em nossa página maior o poder e a força da Federação!

www.facebook.com/fentect

ECT ataca plano de saúde

Em assembleia realizada às escondidas Empresa aprova caixa de assistência para administrar plano de saúde e descumpre cláusula 11 do acórdão

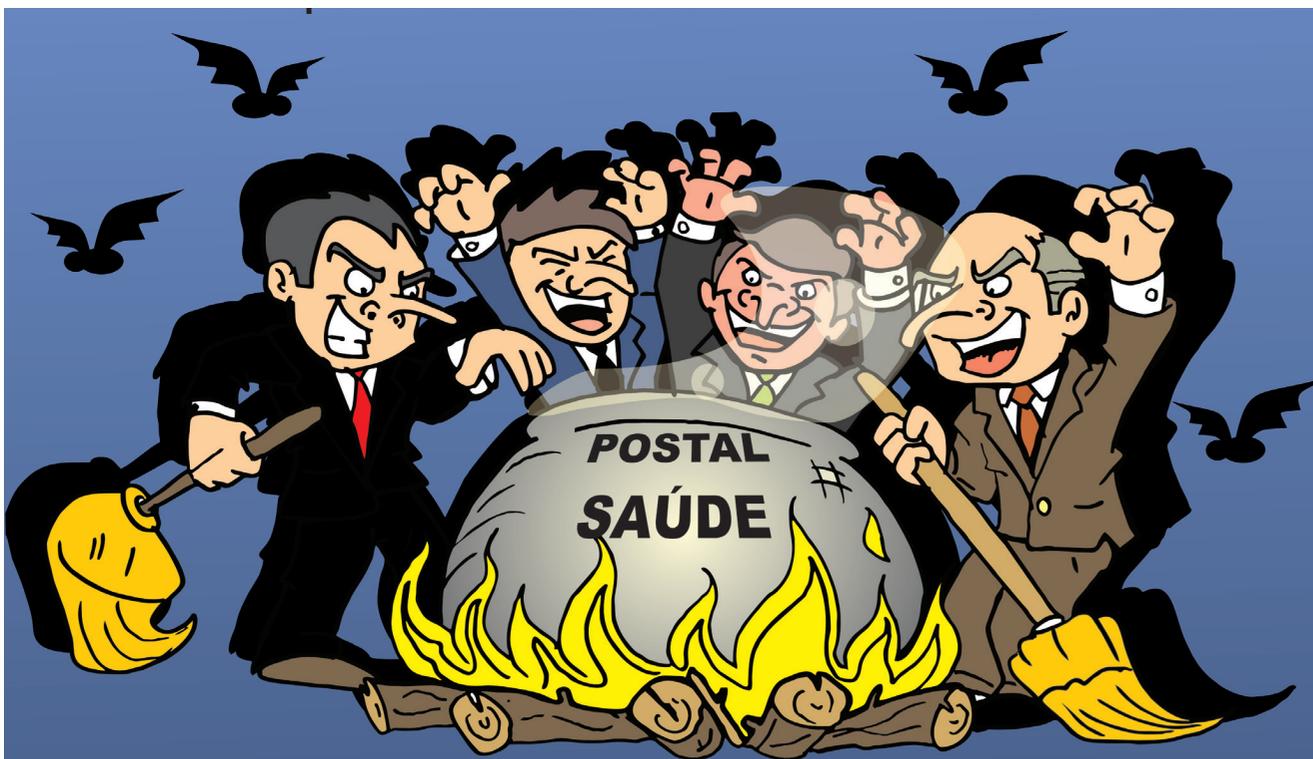
A ECT aplica mais um duro golpe contra o trabalhador: usou a PLR como cortina de fumaça para tirar o foco do ataque a um dos maiores benefícios do trabalhador ecetistas, o plano de saúde. Tramada por debaixo dos panos, a manobra foi realizada em uma assembleia feita às escondidas, na véspera do feriado do dia do trabalhador, e com a presença de apenas 100 pessoas. Na assembleia fajuta a Empresa fundou uma caixa de assistência para administrar o plano de saúde dos trabalhadores chamada de Postal Saúde.

A medida da Empresa descumpre a Cláusula 11 do Acórdão julgado pelo TST em 2012, que prevê que o plano de saúde deveria ser mantido como estava até a próxima data base, além da criação de uma comissão paritária para discutir as possíveis mudanças. Não é de hoje que a ECT vem tentando atacar essa conquista da categoria. Em 2009, na redação original do polêmico acordo bi-anual, a empresa tentou alterar o plano abrindo espaço para a iniciativa privada. Em 2011 fez a mesma tentativa. Em 2012, além da indecorosa proposta de reajuste de 3%, vinha também embutido esse ataque

aos trabalhadores.

Como se não bastasse, o estatuto da caixa de assistência, que foi aprovado sem sequer ser submetido à leitura dos presentes, prevê que o Postal Saúde, que já é um elemento indireto na administração do plano de saúde, pode repassar o controle do benefício para um terceiro, abrindo assim a possibilidade de terceirização e da completa retirada da categoria do controle do plano. Fica claro que, durante esses anos, a ECT sucateou o gerenciamento do plano para querer justificar para os trabalhadores uma possível terceirização.

No Encontro Jurídico da Federação foi revelado que o ilegal Postal Saúde já está cadastrado na ANS, tendo até manual de usuário. A Fentect irá propor uma ação de cumprimento em relação à cláusula 11 do acórdão, além de ação para invalidar a assembleia fajuta que estabeleceu o Postal Saúde. Não podemos permitir mais esse ataque brutal a categoria. Convocamos a todos os trabalhadores a lutar contra esse absurdo, para que possamos garantir no futuro o que outros companheiros conquistaram, com muita luta, no passado.



Denúncias

Não ao GCR

Fentect quer mobilizar trabalhadores para derrotar o GCR. A Federação considera relevante um sistema de avaliação que leve em conta também a sobrecarga de trabalho em relação à saúde do trabalhador, e não nos moldes do GCR, que é muito subjetivo, deficiente e afetado por práticas obscuras de gestores despreparados ou mal intencionados. A Federação não vai aceitar que essa ferramenta continue a ser usada como meio de punição do trabalhador.

Smartphones

A Empresa vem se vangloriando do fato de que os carteiros passarão a usar smartphones em sua rotina de entregas. A medida, no entanto, ao contrário do que afirma a ECT, não ajudará os trabalhadores, e sim trará mais problemas. Do ponto de vista da segurança está o maior deles, já que o smartphone será um chamariz a mais para assaltantes e bandidos. Além disso, o equipamento será usado como uma forma de controlar e monitorar os carteiros pelo GPS, um absurdo!

Exploração

Não bastasse a sobrecarga e a exploração a que estão submetidos os carteiros, agora o Dingníssimo presidente da Empresa, Wagner Pinheiro, afirmou em entrevista publicada no site dos Correios quer que eles também passem a vender seguros de vida e serviços de telefonia celular.

Fentect promove Encontro Jurídico para unificar categoria

Encontro Jurídico Nacional da Federação discutiu principais pontos de interesse dos ecetistas de todo o País e teve como objetivo uniformizar as ações pela unidade da categoria

A Fentect realizou nos dias 17 e 18 de maio em Brasília Encontro Jurídico Nacional. Esta edição, que contou com a participação de 18 sindicatos, teve por objetivo a unificação da categoria e a uniformização das ações. Esteve em pauta o PCCS 1995 e PCCS 2008, o déficit do Postalís, a questão do Postal Saúde e o dissídio coletivo, terceirização, entre outros temas. Vários encaminhamentos importantes foram retirados.

Quanto ao Postalís, foi feita a propositura de ações de prestação de contas em face do rombo; de denúncia junto ao MP em face da má administração e de requerimento junto à PREVIC dos relatórios de administração do Postalís. Com relação ao Postal saúde, a Fentect fará estudo de viabilidade de ação de cumprimento da Cláusula

11 do Dissídio Coletivo.

No que diz respeito à segurança nas agências e a jornada de trabalho dos atendedores, os encaminhamentos foram de que será feito enfrentamento efetivo da questão. Foi sugerido que se façam ações individuais, a fim de gerar volume de ações e pressão à Empresa. Além disso, será discutida com a ECT a criação de um programa de acompanhamento às vítimas de assaltos.

Já como medidas para unificação da categoria, a Federação entrará com ação de obrigação de não fazer para que a Empresa não negocie com a FINDECT e nem os convide para negociação. Em âmbito administrativo, serão tomadas providências no sentido de obter provas de que a FINDECT não está regular.



Fentect exige segurança nos Correios

Frente à situação de calamidade a Federação exige uma posição definitiva da Empresa e do Governo quanto a questão da segurança

O anúncio de assaltos e outros crimes em agências dos Correios na mídia já se tornou fato corriqueiro hoje em dia. A falta de segurança nas agências já era grande, e a situação só piorou depois que os bancos postais foram instituídos. A parceria com o Banco do Brasil está em mais de 6 mil agências, em 95% dos municípios do Brasil. Entre 2009 e 2011, 44,3% dos Bancos Postais foram assaltados pelo menos uma vez em todo o País.

Desde o contrato para o funcionamento dos bancos, a ECT nunca se preocupou em incluir cláusulas que garantam a segurança. Com isso, as agências dos correios passaram a ser mais visadas pelos bandidos que as próprias agências bancárias, já que nelas também há grande movimentação de dinheiro, mas praticamente nenhuma medida para impedir assaltos.

Algumas buscaram o judiciários. Goiás ganhou na Justiça que os Correios fossem obrigados a, dentro de um prazo estipulado, instalar portas giratórias e disponibilizar seguranças armados em todas as agências onde funcionam

o Banco Postal. No Piauí, a categoria conseguiu, por ação judicial, que fossem colocados seguranças particulares armados nas agências. A medida que previa portas giratórias foi alvo de recurso da Empresa e foi derrubada no TST.

Mas só a segurança sem a porta giratória vem causando o efeito contrário do esperado. Recentemente um segurança matou um bandido dentro da agência, e em outra ocasião houve troca de tiros. Ou seja, a situação está levando ainda mais riscos ao trabalhador e aos clientes. A postura da ECT deixa claro que sua única preocupação é com os lucros, já que todo o dinheiro que é perdido em assaltos está assegurado, ou seja, não acarreta prejuízo quase nenhum aos cofres da Empresa.

Frente a essa situação de calamidade a Federação exige uma posição da Empresa e do Governo quanto a segurança. O trabalhador não pode permanecer nesta situação, expostos a riscos, violência, traumas e abalo psicológico enquanto a empresa visa apenas os lucros. Como forma de pressionar a empresa e



dar atenção à questão, a Fentect pretende entrar com uma ação nacional por segurança nas agências.

Para que a medida tenha ainda mais força, é importante que todos os trabalhadores que passaram por essas situações entrem com ações particulares de indenização contra a ECT junto aos sindicatos regionais. Vamos unir forças para acabar com o descaso da Empresa com o trabalhador.

ECT se nega a cumprir a lei com PCCS de 1995

Empresa finge desconhecer as Leis e faz ameaças a trabalhadores que optaram pelo PCCS de 95 de que perderão todos os benefícios

O último Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Correios teve a primeira parte implementada em julho de 2008. Outras partes, que foram sendo negociadas com as comissões, ficaram pendentes e foram pro TST. No entanto, nos manuais consta como se o PCCS tivesse sido implementado em sua totalidade em julho de 2008. Com isso, o prazo para recorrer à justiça prescreverá em julho de 2013, e os trabalhadores perderão o direito de recorrer à justiça para reparar os prejuízos.

Pela lei, a Empresa teria que garantir as vantagens previstas aos trabalhadores que fizeram a opção de permanecer no PCCS de 1995. No entanto, ela faz ameaças, afirmando que aqueles que fizeram essa opção ficarão sem promoções e outros benefícios, contrariando a sumula 51 do TST que garante a opção do trabalhador entre os planos.

A Fentect denuncia essa postura da empresa e, no último Encontro Jurídico realizado em Brasília, definiu que o setor Jurídico entrará em



ação para obrigar a Empresa a agir conforme a lei. A Federação já informou à Empresa da ilegalidade da ata assinada por 4 membros da comissão de PCCS da gestão anterior, que estabeleceu prazo limite para opção do trabalhador entre os dois planos para 1º de julho. O próximo passo será o trabalho para anulação do PCCS de 2008.

Trabalhadores conseguem jornada de 6h em bancos postais

Em mais de uma região do país atendentes comerciais estão conseguindo na justiça redução da jornada em equiparação à do bancário

“É incontestável que os empregados dos bancos, das empresas de crédito e dos Bancos Postais estão submetidos às mesmas condições de trabalho a permitir a equiparação de jornada diária”, destacou o ministro Pedro Paulo Manus, da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho em decisão de novembro de 2012.

Segundo ele, o trabalhador, lotado em Banco Postal, embora seja empregado da ECT, passou a prestar serviços eminentemente bancários, além de atividades próprias dos Correios. É disso que trata também um Projeto de Lei 7190/10 em discussão na Câmara dos Deputados que além das agências de Correios ecetista abrange as casas lotéricas.

Para os atendentes que ganharam na justiça a jornada de seis horas e o pagamento das horas extras devidas já estão valendo. Sindicatos em diferentes estados estão entrando com ações no mesmo sentido, pois o precedente foi aberto não apenas para atendentes, mas para toda a categoria.

Essa é uma discussão importante para a categoria,



pois com o implementação do Banco Postal aumentou muito a sobrecarga de trabalho para os atendentes, que acumularam função.

A Fentect orienta os Sindicatos a darem ampla divulgação e encamparem aluta pela redução da jornada, discussão que diante da sobrecarga de trabalho na empresa deve abranger não apenas os atendentes comerciais, mas também setores que estão sendo explorados com horas-extras exorbitantes e cotidianas.

Agenda Fentect

Conrep 2013 acontece de 17 a 20 de julho

O evento deverá ser realizado nos dias 17, 18, 19 e 20 de julho, no Hotel Estância Sta. Izabel, Estrada Marilândia, s/n, Br Gere Muniz - na cidade de Santa Izabel - SP.

Tirada de delegados para Conrep

Para a participação no evento, aconteceram previamente as assembleias de tirada de delegados nas bases. As datas foram agendadas de 03 a 10 de junho para os sindicatos afiliados. Já para as oposições o período foi de 11 a 14 de junho.

Encontro de mulheres

O Encontro Nacional de mulheres será um aquecimento para o Conrep. Agendado para os dias 16 e 17 de julho, o encontro precederá o Conrep com discussões de questões relativas às mulheres trabalhadoras da ECT.



encontro da

MULHER ECETISTA



Dias 16 e 17 de julho, em São Paulo

**Defesa do Plano de Saúde e auxílio
creche para toda a categoria,
inclusive para o trabalhador que é pai**

**Fim das barreiras para
contratação de mulheres na área
operacional**

**Licença-maternidade de seis
meses, sem nenhuma restrição**

**Não à privatização da ECT
Unificar a categoria na FENTECT**



XXXI CONREP DA FENTECT

- **AMPLA MOBILIZAÇÃO DA BASE NA NOSSA CAMPANHA SALARIAL**
- **NÃO AO GOLPE DA PLR**
- **DEFENDER O NOSSO CONVÊNIO MÉDICO! POSTAL SAÚDE É PRIVATIZAÇÃO!**
- **NÃO VAMOS ACEITAR O GOLPE DE EMPURRAR A CAMPANHA SALARIAL PARA O TST**
- **NÃO AO DIVISIONISMO! UNIFICAR A CATEGORIA NA FENTECT!**
- **UNIFICAR A CAMPANHA SALARIAL COM PETROLEIROS, BANCÁRIOS E TODOS OS TRABALHADORES EM LUTA NO SEGUNDO SEMESTRE**

CONREP: dias 17, 18, 19 e 20 de julho em São Paulo

Federação quer mobilizar categoria pela entrega matutina

Em defesa da reivindicação histórica da categoria de que as entregas sejam realizadas pela manhã

Na última campanha salarial a mudança no horário da entrega foi debatida como um problema de saúde da categoria ecetista. Enfrentando resistência da direção da ECT a mudança ficou prevista no Acórdão como projeto a ser implementado em alguns estados a fim de evitar exposição dos trabalhadores ao sol forte e às altas temperaturas.

O Secretário-geral da Federação, José Rodrigues, afirma “É uma reivindicação histórica importantíssima, que satisfaz não só aos carteiros, que terão melhores condições de trabalho, mas também a empresa e os clientes, que terão um serviço melhor, prestado por trabalhadores com melhores condições de saúde e mais disposição”, garante Rodrigues.

No entanto, ainda que esteja previsto no dissídio a implementação acontece aos trancos e barrancos e na prática não tem representado uma mudança significativa para os trabalhadores. Em vez das três unidades da federação, como prevê o do TST a empresa decidiu por três cidades.

A reivindicação da categoria é que em todo o país a entrega aconteça pela manhã e não apenas em alguns estados e projetos que depois não representam a am-

pliação dessa política para o resto do país. No Congresso Nacional existe o Projeto de Lei 4660/2012 que estabelece condições especiais de trabalho na atividade de carteiro, como a entrega de correspondências pela manhã e os trabalhos internos de triagem e colecionamento no período da tarde.

De acordo com José Rodrigues, a medida é de extrema importância para os trabalhadores, mas não é de interesse da ECT. “A exposição contínua ao sol, além de ocasionar fadiga e estresse, pode acarretar diversos problemas graves de saúde. Temos que reverter essa situação e garantir melhores condições de trabalho à categoria, e é isso que a Federação vai buscar”, afirma.

No Piauí, estado de origem do secretário-geral essa mudança já aconteceu e representou uma redução significativa nas licenças médicas relacionadas desgaste físico por exposição ao sol. Mas passado o período de experiência, a empresa voltou atrás e manteve a entrega no período da tarde, de maior intensidade e incidência dos raios solares.

De acordo com o Secretário de Administração e Finanças da Fentect, José Rivaldo da Silva, a mudança de horário ainda não foi feita, pois falta vontade política da



empresa. “A mudança de horário melhoraria até a capacidade de produção da Empresa, mas falta o pessoal ligado à área de operações ter vontade”, acredita.

A Fentect convoca os trabalhadores para que antes e durante a Campanha Salarial deste ano seja travada a luta para expandir o debate em cima do projeto atual e fazer um debate sobre qual é a intenção da ECT nesse sentido, uma vez que o assunto está sendo discutido internamente, mas sendo implementado de forma muito tímida pela empresa.

Expediente

O Jornal da Fentect é uma publicação da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares.

Sec. Geral: José Rodrigues, Sec. de Imprensa: James Magalhães

Sec. de Adm. e Finanças: José Rivaldo da Silva, Sec. de Anistia: Robson Luiz Pereira Neves, Sec. de Assuntos Jurídicos: Evandro Lonir da Silva, Sec. de Assuntos Postais: Alexandre Takachi de Sá, Sec. de Assuntos Previdenciários: Amanda Gomes Corcino, Sec. de Assuntos Raciais: Francisco da Silva Adão, Sec. dos Aposentados: Joel Arcanjo Pinto, Sec. de Formação Sindical: Edson Dorta, Sec. de Gênero e Diversidade: Wesley Furtado Martins, Sec. de Habilitação: Emerson Marcelo Gomes Marinho, Sec. de Legislação e Saúde da Mulher: Maria de Lourdes Félix de Andrade, Sec. da Mulher: Anai Caproni Pinto, Sec. de Políticas Sindicais: Edmar dos Santos Leite, Sec. de Relações Internacionais: Maximiliano Velazques Filho, Sec. de Saúde do Trabalhador: Reginaldo Chaves de Alcântara.

Textos: Paula Coelho - Media House Comunicação Projeto Gráfico e Diagramação: Media House Comunicação

Fotos: Arquivo Fentect Tiragem: 50.000 exemplares

Fentect

SDS, Ed. Venâncio V. Bloco R, loja 60 - Brasília/DF - CEP: 70393-900

Fone/Fax: (61) 3323-8810

E-mail: fentect@fentect.org.br